

**Atribuição BB CY 4.0**

## ***EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA PRÉ- ESCOLA***

Joceli Alves de Souza Alcântara<sup>1</sup>  
Bruno Galasso<sup>2</sup>

### ***Resumo***

O presente estudo objetiva identificar as Tecnologias Assistivas utilizadas na Educação Bilíngue para Surdos na etapa da Educação Infantil, especificamente na pré-escola, com o intuito de subsidiar a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da Língua Portuguesa (na modalidade escrita), além de verificar as contribuições para a interação das crianças surdas. O trabalho qualitativo e bibliográfico baseou-se na revisão de artigos nacionais publicados

---

<sup>1</sup> Pós-graduação em Inovação na Educação Mediada por Tecnologias pela Universidade Federal do ABC. Professora de Educação Infantil da Prefeitura de São Paulo. E-mail: [jocelialves@gmail.com](mailto:jocelialves@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo com bolsa-sanduíche na Universidade do Minho (Portugal). Professor Convidado (ISEP) do Instituto Politécnico do Porto e Coordenador (Núcleo de Educação Online) do INES. E-mail: [galasso.bruno@gmail.com](mailto:galasso.bruno@gmail.com)

entre 2018 e 2022, e evidencia a escassez dessas tecnologias para a fase pré-escolar. No entanto, a pesquisa revela caminhos possíveis para uma educação com recursos facilitadores e adequados para a faixa etária do público escolhido.

## ***Palavras-chave***

Educação Bilíngue, Bilinguismo, Tecnologias Assistivas, Educação Infantil

215

Recebido em: 22/04/2023  
Aprovado em: 17/07/2023

# **BILINGUAL EDUCATION FOR DEAF PEOPLE: ASSISTIVE TECHNOLOGIES IN PRESCHOOL**

216

## **Abstract**

This study aims to analyze the Assistive Technologies used in Bilingual Education for Deaf Children in the stage of Early Childhood Education, specifically in preschool, in order to support the learning of Brazilian Sign Language (LIBRAS) and Portuguese (in written form), as well as to verify the contributions for the interaction of deaf children. The qualitative and bibliographic work was based on the review of national articles published between 2018 and 2022 and highlights the scarcity of these technologies for the preschool phase. However, the research reveals possible paths for education with facilitative and appropriate resources for the chosen age group.

## **Keywords**

Bilingual Education; Bilingualism; Assistive Technologies; Early Childhood Education.

## Introdução

A educação de surdos no Brasil tem passado por mudanças que implicam na forma como a surdez é vista, e como o surdo enquanto sujeito necessita ter sua identidade e culturas trabalhadas no processo educacional, bem como respeitadas suas condições específicas de vivenciar experiências e ter seus direitos de aprendizagem garantidos.

Uma das mudanças positivas, mas ainda em construção, é a Educação Bilíngue para Surdos, que foi estabelecida como modalidade escolar por intermédio da lei 14.191, de 3 de Agosto de 2021, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), instituindo o ensino escolar na Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS, como primeira língua, e o ensino em Português escrito como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues, em escolas comuns ou em polos de educação bilíngues de surdos (BRASIL, 2021).

Também conhecido como Bilinguismo, entende-se a modalidade como “uma proposta de ensino usada por escolas que propõe tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar” (QUADROS, 1997, p. 27). Assim, a língua de sinais é considerada a língua natural da criança surda e a sua aquisição torna-se parte importante da construção da identidade e afirmação de pertencimento a uma comunidade com características culturais e linguísticas próprias e contribui para a ampliação da comunicação.

A oferta da Educação Bilíngue na pré-escola, que compreende a faixa etária dos 4 aos 5 anos de idade, incluindo também os que completam 6 anos até o dia 31 de março (BRASIL, 2009), é um desafio, pois muitas dessas crianças ainda não passaram pelo processo de aquisição de uma língua, não sabendo a LIBRAS, tampouco a Língua Portuguesa.

Nesse sentido, a presente pesquisa questiona no modelo educacional em questão a presença de Tecnologias Assistivas (TA), que facilitassem a aprendizagem e quais essas tecnologias que poderiam contribuir para o desenvolvimento da criança surda. Além disso, buscou-se verificar como se dá essa oferta e o que se conhece até aqui sobre Tecnologias Assistivas aplicadas à educação na pré-escola. Além dessa compreensão, pretendeu-se constatar se o contexto bilíngue, com o apoio das TA, pode favorecer a interação da criança surda com seus interlocutores.

O estudo se ancora nos estudos de Quadros (1997), Botelho (2007) e Honora (2015), que apontam para a importância do aprendizado da LIBRAS não somente no aspecto linguístico, mas como uma parte da cultura surda, que constitui o sujeito com suas especificidades e lhe permite um pleno desenvolvimento tanto em sua língua natural como na língua escrita oficial do país.

Sobre o tema relacionado ao uso de Tecnologias Assistivas (TA) que facilitem o acesso da criança surda aos conteúdos e a auxiliem na promoção da autonomia e desenvolvimento para ser agente de sua própria aprendizagem, busca-se no documento oficial do Comitê de Ajudas Técnicas (CAT/2009), a definição de TA como: “produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência...” E considerando o que afirmam Rocha e Castiglioni:

A Tecnologia Assistiva envolve tanto o objeto, ou seja, a tecnologia concreta (o equipamento ou instrumento), quanto o conhecimento requerido no processo de avaliação, criação, escolha e prescrição, isto é, a tecnologia teórica (2005, p. 98).

Deste modo, e por meio de uma revisão bibliográfica, a verificação das produções acadêmicas pode apontar caminhos de acesso e participação das crianças surdas, por intermédio das Tecnologias Assistivas, no ambiente educacional, de maneira que evidencie a facilitação na aprendizagem e na comunicação.

## **A criança (surda) como sujeito de direitos**

Historicamente a educação de surdos no Brasil data de 1857, quando foi fundado, a pedido de D. Pedro II, o Instituto de Surdos Mudos, no Rio de Janeiro, e que, anos mais tarde, recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – o INES) e sua criação foi motivada pelo fato de o imperador ter um neto surdo (HONORA, 2015). Essa e outras hipóteses influenciadoras para a abertura do instituto são afirmadas por diversos autores. Lima (2020) apresenta uma revisão integrativa de literatura que revela mais dois possíveis fatores de influência: 1) D. Pedro II teria um genro surdo; 2) a Princesa Isabel teria o esposo

e um filho surdos. A pesquisa evidencia inconsistências nas hipóteses apresentadas principalmente pelas datas de nascimento da princesa e de seus herdeiros, que ocorreram respectivamente em 1846, 1875, 1878 e 1880, portanto, não configurariam motivo de influência para a criação da escola em 1857. O pesquisador considera como verdadeiro motivo influenciador a criação do Instituto de Meninos Cegos, em 1854, que deixou D. Pedro II interessado no “modelo francês de educação de cegos” e evidenciou na época a educação francesa com seus “pensamentos iluministas que apregoavam liberdade e igualdade entre as pessoas.”

219

Muito embora o início da educação de surdos tenha ocorrido no país no século XIX, somente no século XXI, foi reconhecida por meio da lei 10.436 de 24 de abril de 2002 a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como língua materna dos surdos brasileiros. Mas, somente em 2005, através do decreto 5.626 de 22 de dezembro deste ano é que a educação da criança surda é mencionada formalmente na legislação (HONORA, 2015).

Para a educação desse público, as orientações são no sentido da formação docente e do uso e difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para as pessoas surdas e, inclusive, considera a criança nesse contexto, uma vez que determina que as instituições federais de ensino passem a “ofertar, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil, o ensino da LIBRAS e da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos” (BRASIL, 2005).

O Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, que promulga a participação do Brasil como signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ocorrida no ano de 2007 em Nova Iorque, estabelece que os atos internacionais estabelecidos na referida convenção entram em vigor no país com a obrigação de serem “executados e cumpridos inteiramente”, reafirma a importância do ensino da LIBRAS, incumbindo aos Estados Partes a responsabilidade de incluir medidas apropriadas para a:

Art. 24 – c: Garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

Após mais de uma década do decreto supracitado, a educação bilíngue é instituída como modalidade de ensino, mesmo já sendo praticada no Brasil, desde o ano 2000. A lei 14.191, de 3 de agosto de 2021, aponta em seu texto o ensino da LIBRAS como L1 e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como L2, estabelecendo que esta modalidade de ensino “terá início ao zero ano, na Educação Infantil, e se estenderá ao longo da vida”. Honora (2015) relata que o modelo do bilinguismo foi importado da Suécia e por se tratar de uma proposta recente no país, “muito ainda se tem a elaborar, estudar, pesquisar e se adaptar...”.

220

Portanto, apesar de considerar a importância do bilinguismo já na primeira infância, a legislação atual ainda não propõe com clareza a efetivação dessa modalidade de educação para as crianças e não apresenta diretrizes ou propostas pedagógicas que norteiem os trabalhos dos sistemas de ensino.

As crianças público-alvo da Educação Infantil quando são filhas de pais ouvintes, geralmente, entram na escola sem saber as duas línguas, já as que são filhas de pais surdos iniciam o contato com a LIBRAS em casa desde muito cedo, o que lhes facilita a aprendizagem da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, e a fluência na língua brasileira de sinais.

Pensar na Educação Bilíngue para Surdos auxilia na compreensão de que ao se ter acesso durante o período pré-escolar, ou início da escolarização, à LIBRAS e à Língua Portuguesa a criança surda poderá pensar sobre e compreender assuntos tão complexos quanto qualquer outra criança ouvinte.

Pode-se afirmar que o bilinguismo não é pura e simplesmente a aquisição de duas línguas, mas relaciona-se diretamente com a construção da identidade da criança e a forma como esta aprende a compreender o mundo à sua volta.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos promovido pela UNESCO em Barcelona em 1996, em seu artigo 25, reafirma o direito que todos têm ao acesso e desenvolvimento em sua língua:

Todas as comunidades linguísticas têm direito a dispor de todos os recursos humanos e materiais necessários para alcançar o grau desejado de presença da sua língua em todos os níveis de ensino no interior do seu território: professores devidamente formados, métodos pedagógicos adequados, manuais, financiamento, edifícios e equipamentos, meios tecnológicos tradicionais e inovadores. (UNESCO, 1996, p. 9).

Com isso, vê-se a importância de um ambiente que favoreça a aquisição da LIBRAS em todas as etapas da educação, com o incentivo de se utilizar métodos diversos que contribuam para o alcance de domínio na língua natural da comunidade surda, com o devido destaque de que se trata de um direito.

## A Surdez tratada como diferença cultural e linguística

Enxergar a surdez como uma diferença e não deficiência faz parte do ideal da cultura surda. Essa visão associada à educação pode promover um ambiente transformador de aprendizagem. Isso porque ao invés de se olhar para uma restrição do corpo do sujeito olha-se para a sua cultura e língua, oportunizando um ensino condizente com a sua realidade.

Entender que o Surdo pode compreender assuntos dos mais simples aos mais complexos passa pela compreensão de que é necessário um ambiente facilitador da aprendizagem e isso implica ter seu processo educacional elaborado e realizado em sua língua natural de comunicação, sem que esse movimento esteja resumido apenas à comunicação por intermédio de um intérprete.

Diante do exposto, é imprescindível falar do professor bilíngue surdo, que embora tenha que apresentar uma formação qualificada, traz consigo naturalmente uma representatividade importante para as crianças. Stumpf et al (2021) afirma ser “condição inegociável ter alta proficiência em Libras e uso funcional da Língua Portuguesa escrita.” Os autores enfatizam também que o convívio com e das “pessoas surdas e dos modos surdos de operar a comunicação e as relações interpessoais são fundamentais para implementação desta proposta de educação bilíngue de surdos.”

As socializações das crianças surdas dependem de uma comunicação que lhes garanta acesso e participação à vida social. Nesse sentido é importante a Educação Bilíngue já na pré-escola, pois desde cedo, elas terão a oportunidade de saber em que contexto estão inseridas e também começarão a compreender a comunicação da sociedade ouvinte. Botelho (2007) afirma ser essencial que as pessoas surdas aprendam a língua de sinais precocemente, pois “não dispor de nenhuma língua, ou apenas de fragmentos de uma, compromete os processos de abstração e generalização (p. 51-53).”

Há um contraponto sobre a proposta bilíngue para Surdos, pouco adianta adotar essa modalidade educacional se a concepção da criança surda não for considerada nas práticas pedagógicas. Se o ambiente escolar não respeitar o modo como esta aprende e vê o mundo e não lhe apresentar ferramentas e caminhos para o encorajamento de ser quem é, dificilmente o ser Surdo numa sociedade ouvinte será aceito como uma diferença cultural e linguística. A escola tem um importante papel na construção e ampliação do conhecimento do educando, para isso é necessário romper preconceitos e estigmas que permearam a educação de surdos até aqui.

222

A Educação Infantil, segundo a Base Nacional Comum Curricular, “é o início e o fundamento do processo educacional”, sendo assim, este documento destaca a importância entre instituição e família: “a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade” (BNCC, 2018). Sendo assim, percebe-se que a função desempenhada pelo ambiente escolar é também garantir experiências que estejam relacionadas à sua vida, cultura e diversidade.

As aprendizagens para esta etapa da educação contidas na BNCC são indicadas “como **elemento balizador e indicativo** de objetivos a serem explorados em todo o segmento da Educação Infantil, e que serão ampliados e aprofundados no Ensino Fundamental” (2018). Portanto, é desde a Educação Infantil que se deve explorar elementos e meios que promovam a aprendizagem, permitindo à criança um desenvolvimento global. Sendo assim, com as crianças surdas, é de grande importância que a proposta bilíngue já seja trabalhada com elas de maneira que apresente a função social da LIBRAS e da Língua Portuguesa, em sua forma escrita, não no sentido de alfabetização, mas no de letramento, que expõe os diversos portadores da escrita no cotidiano da criança, relacionando-os ao ensino da Língua Brasileira de Sinais e a vida em sociedade.

## As Tecnologias Assistivas na Educação Infantil Bilíngue para Surdos

Ao se tratar do tema Educação Bilíngue para Surdos num país onde a Língua Brasileira de Sinais foi aceita há pouco tempo é aceitável que se questione de que forma essa modalidade de ensino alcançará níveis adequados e suficientes

na aprendizagem dos surdos, garantindo uma educação de qualidade em sua língua natural, de maneira que considerem sua cultura e diferença linguística.

Pensar em estratégias, métodos, recursos e ferramentas que auxiliem a atingir metas de desenvolvimento é essencial para o processo educacional, especialmente na Educação Infantil, etapa da educação básica estudada nessa pesquisa. Nesse sentido, as Tecnologias Assistivas (TA) podem ser aliadas no ensino de crianças surdas para aquisição da LIBRAS e da Língua Portuguesa na modalidade escrita, respeitando a faixa etária e os objetivos de aprendizagem previstos para a pré-escola.

223

A TA escolhida pode ser um elemento facilitador das aprendizagens e viabilizador das experiências proporcionadas nesta etapa da educação. O professor ou professora que optar por sua utilização poderá relacioná-la aos eixos estruturantes da Educação Infantil, potencializando as capacidades das crianças nas vivências planejadas para o seu desenvolvimento. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), artigo 9º, citado na BNCC:

**Os eixos estruturantes das práticas pedagógicas** dessa etapa da Educação Básica são as **interações** e a **brincadeira**, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (BRASIL, 2018).

Esses eixos estruturantes não impedem a utilização das Tecnologias Assistivas (TA) nessa etapa da educação, principalmente se a intencionalidade pedagógica estiver abrangendo estratégias de melhoria na comunicação e na promoção da autonomia da criança em seu processo de aprendizagem.

Há muitas lacunas na legislação vigente no que diz respeito ao uso das TA na educação de surdos. Na lei 14.191/21, já citada, o termo é indicado da seguinte forma: para “os surdos oralizados, o acesso a Tecnologias Assistivas”, destacando que esse acesso faz parte das garantias previstas na lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Sendo as TA “produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência...” (CAT, Ata da Reunião VII, SDH/PR, 2009), é possível questionar o motivo que levou a lei da Educação Bilíngue a mencionar as Tecnologias

Assistivas apenas para os surdos oralizados, uma vez que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, base do artigo em questão, define que:

Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida. (BRASIL, 2015)

E condena como discriminação por motivo da deficiência “a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de Tecnologias Assistivas.” Sendo assim, o uso de tais tecnologias mostra-se indispensável a qualquer pessoa com algum tipo de limitação, no caso dos surdos, esse uso poderia ser indicado em qualquer condição desse público, dada o seu valor como elemento facilitador do processo educacional.

É importante enfatizar aqui que, a questão da surdez não está sendo priorizada como deficiência nesta pesquisa, mas, sim, como uma diferença cultural e linguística, que merece atenção e direcionamento no campo educacional. No entanto, em concordância com Lopes (2007):

Não nego a falta de audição do corpo surdo, porém desloco meu olhar para o que os próprios surdos dizem de si quando articulados e engajados na luta por seus direitos de se verem e quererem ser vistos como sujeitos surdos e não como sujeitos com surdez. Tal diferença, embora pareça sutil, marca substancialmente a constituição de uma comunidade específica e a constituição de estudos que foram produzindo e inventando a surdez como um marcador cultural primordial (2007, p. 9).

Todavia, destacar a diferença cultural e linguística da criança surda e a sua falta de audição é preciso para se pensar em ações, estratégias que eliminem barreiras da sociedade na vida dessas pessoas. E a partir dessa reflexão sobre a diferença promover discussões para a criação de políticas de ações afirmativas e de acessibilidade que garantam cada vez mais o acesso dos surdos a toda forma de conhecimento.

Ainda citando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, encontra-se a importância do fomento no desenvolvimento das TA:

§ 2º A acessibilidade e as Tecnologias Assistivas e social devem ser fomentadas mediante a criação de cursos de pós-graduação, a formação de recursos humanos e a inclusão do tema nas diretrizes de áreas do conhecimento. (BRASIL, 2015)

Percebe-se, então, a necessidade de estudos, desenvolvimento e parâmetros para o uso das TA onde se fizer necessário, principalmente na Educação, onde os resultados podem ser melhorados com sua utilização.

Além do exposto acima, há alguns equívocos na interpretação do que é Tecnologia Assistiva e outras tecnologias como, por exemplo, tecnologia educacional. Segundo Bersch (2017), esta última não será assistiva se o seu uso tiver um objetivo comum a todos os estudantes, será apenas “uma ferramenta tecnológica aplicada no contexto educacional”.

Quando então a tecnologia pode ser considerada assistiva no contexto educacional? Quando ela é utilizada por um aluno com deficiência e tem por objetivo romper barreiras sensoriais, motoras ou cognitivas que limitam/impedem seu acesso às informações ou limitam/impedem o registro e expressão sobre os conhecimentos adquiridos por ele; quando favorecem seu acesso e participação ativa e autônoma em projetos pedagógicos; quando possibilitam a manipulação de objetos de estudos; quando percebemos que sem este recurso tecnológico a participação ativa do aluno no desafio de aprendizagem seria restrito ou inexistente. (BERSCH, 2017)

Nesse sentido, as Tecnologias Assistivas tornam-se uma importante ferramenta para a viabilização do bilinguismo. E no caso específico da Educação Infantil algumas adaptações devem ser providenciadas para que seu uso ocorra.

Corrêa, Gomes e Ribeiro (2018) explicam que “em geral, as TA dividem-se em dois tipos: recursos materiais (ponteiras, viseiras, etc.) e recursos imateriais (sintetizadores de voz, softwares/aplicativos, etc.).” E acrescentam um exemplo de recurso digital voltado para surdos, como os aplicativos de tradução da Língua Portuguesa para LIBRAS, chamando-os de “tecnologias digitais conversoras para surdos”, o que segundo os autores têm potencialidades e fragilidades.

Galvão Filho (2009) apresenta outra definição específica: “Existem os produtos denominados de Baixa Tecnologia (low-tech) e os produtos de Alta Tecnologia (high-tech).” Segundo o autor, a ideia não é hierarquizar os produtos, conferindo-lhes grau de funcionalidade e eficiência, mas sim caracterizá-los a partir da elaboração dos “componentes com os quais esses produtos são construídos e disponibilizados”. Assim, uma TA de baixa tecnologia pode ser algo simples como um lápis adaptado, e um produto de alta tecnologia pode ser um

sistema computadorizado bem elaborado, ambas servindo para a independência, autonomia e inclusão social da pessoa com deficiência.

Honora (2015) apresenta o termo “Tecnologia Surda” como recursos tecnológicos que atuam na melhoria da qualidade de vida das pessoas surdas e elenca alguns tipos, tais como: celular, que com as mensagens de texto dispensa a ajuda de intermediários; computador, com o acesso a e-mail, pesquisas entre outras atividades; telefone para surdos, que garante autonomia e independência; e despertadores vibratórios.

Seguindo nessa lista de opções de recursos tecnológicos é possível pensar em “recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns...” (RESOLUÇÃO CNE / CEB Nº2 2001) Considerar qual TA pode dar esse apoio educacional às crianças da pré-escola deve ser uma preocupação dos profissionais da Educação Bilíngue para Surdos, uma vez que todo recurso que elimine barreiras e potencialize as capacidades do indivíduo são importantes para o processo educacional.

Desta forma, dentro do referencial teórico e de acordo com pesquisas correlacionadas, este estudo evidencia a escassez de TA voltada para a criança surda na pré-escola, por outro lado, baseando-se em materiais da área de Tecnologias Assistivas para os surdos é possível indicar alguns recursos e serviços que podem ser utilizados nesta etapa da educação, guardando as devidas adequações. É o que se pode verificar nas informações extraídas da revisão de literatura.

## **Metodologia**

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica feita e fundamentada em materiais já publicados, permitindo identificar “o estágio atual do conhecimento referente ao tema” (GIL, 2017, p.28), desse modo, a busca exploratória foi realizada nas seguintes bases: BD TD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), Portal Capes e Google Acadêmico, no período de 2018 a 2022.

Os critérios de inclusão são: artigos nacionais e em Língua Portuguesa; artigos relacionados à Educação Infantil ou que abordem o tema relacionado à educação de crianças; artigos sobre a formação de professores bilíngues. Já os

critérios de exclusão são: artigo sem acesso integral; artigo em outro idioma; artigo duplicado; artigo abordando apenas a educação de adolescentes, jovens e adultos; artigo fora do âmbito educacional. Totalizam-se 331 produções. Após uma leitura exploratória desses achados, que conforme Gil (2017, p. 54), tem o objetivo de “verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa”, restaram 78 artigos que trazem contribuições para o entendimento e aprofundamento do tema proposto.

Dentro do universo de 331 publicações acadêmicas e científicas sobre o tema, foi possível identificar que somente doze (12) artigos abordaram substancialmente a Educação Bilíngue para surdos na Educação Infantil e apontaram algum tipo de TA.

Depreendeu-se desse estudo que muitos produtos e serviços tecnológicos estão sendo criados para apoiar a aprendizagem da LIBRAS e da Língua Portuguesa, no entanto, faltam informações sobre a indicação da faixa etária e ainda adequações que abranjam um maior número de usuários dessas tecnologias.

A lista dos artigos analisados encontra-se no quadro abaixo, por ordem de publicação.

<b>Código</b>	<b>Dados do Artigo (Título, autores, conferência ou periódico)</b>	<b>Autor</b>	<b>Conferência/Periódico</b>	<b>Ano do Artigo</b>
A1	Prototipagem de soluções tecnológicas, alfabetização matemática na Educação Infantil e deficiência sensorial-Parametrização de características assistivas	Lugli, Luciano Cassio	Repositório Institucional UNESP	2018
A2	Linguagem, interação e cultura: um olhar com foco na Educação Infantil bilíngue para surdos	Moreira, Tarsila Nunes de Andrade	Repositório UNIFESP	2018
A3	A Educação Infantil para crianças surdas em municípios da região metropolitana de Vitória	Rabelo, Dayane Bollis	Repositório Ufes	2018
A4	Educação Infantil inclusiva: a corporeidade e o brincar na diferença	Perez, Beatriz Brunaldi	Biblioteca Digital USP	2018

A5	Mapeamento e análise de Tecnologias Assistivas Digitais para auxiliar a aprendizagem de alunos surdos	Nunes, Larissa Christine Pinheiro	UEMA Repositório	2019
A6	O Signwriting como instrumento alfabetizador para alunos surdos da Educação Infantil	Ferreira, Matheus Silva; Santos, Misael Lima	VI Congresso Nacional de Educação	2019
A7	Escola bilíngue como principal política pública municipal na educação fundamental de surdos no município de Anápolis	Paiva, Valeska Rosa de	Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente	2019 <b>228</b>
A8	Ensino de libras para crianças surdas e ouvintes: planejamento e desenvolvimento de um Sinalário Ilustrado Interativo	Souza, Tania Maria Garrido de	Repositório Institucional UNESP	2020
A9	A importância da Libras na Educação Infantil para crianças surdas e ouvintes: o que os estudos nos dizem	Ferreira, Leidiane da Costa	Repositório Institucional da UFPB	2021
A10	A interação da criança surda no contexto da Educação Infantil: um estudo de caso na perspectiva da educação inclusiva	Cigognini, Fabiane Lima	Universidade de Passo Fundo - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	2021
A11	Educação Física Escolar: estratégias bilíngues para o ensino de crianças surdas da Educação Infantil	Buenaga, Vivian Azevedo; Ferreira, Alessandra Teles Sirvinskas; Pimentel, Claudia	Research, Society and Development	2022

A12	A interação da criança surda no contexto da Educação Infantil: um estudo de caso na perspectiva da educação inclusiva	Cigognini, Fabiane Lima	Universidade de Passo Fundo - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	2021
-----	---	-------------------------	--	------

Fonte: Elaborado pela autora

229

## Resultados:

Os artigos pesquisados trouxeram pistas importantes para os estudos acerca da Educação Infantil Bilíngue para Surdos, evidenciando a importância do ensino da LIBRAS já na primeira infância e apresentando os obstáculos que estão postos frente a uma educação de qualidade para a criança surda, seja na escola bilíngue ou na escola regular inclusiva.

Foi observada a escassez de Tecnologias Assistivas voltadas à Educação Bilíngue Infantil para Surdos. Se considerarmos TA de alta tecnologia, foram identificados alguns produtos, tais como: softwares de tradução da Língua Portuguesa para LIBRAS, um objeto educacional e uma cartilha virtual. Todos para serem utilizados pelas crianças, mas inicialmente, dependem do auxílio de um adulto. Quanto à TA de baixa tecnologia, foram apresentados jogos impressos confeccionados por professores, materiais bi e tridimensionais, também impressos, e materiais didáticos bilíngues.

Vale destacar o artigo intitulado “Mapeamento e análise de Tecnologias Assistivas Digitais para auxiliar a aprendizagem de alunos surdos” (NUNES, 2018) onde há algumas TA destinadas ao público da pré-escola, a saber: Jogos educativos em Libras, aplicativo de sinalário, um aplicativo que transforma voz em sinal e vice-versa, um tradutor de livros infantis para língua de sinais e uma referência à TV INES sobre sua programação acessível em LIBRAS que leva diferentes formas de cultura à comunidade surda e oferece material didático aos professores.

Já Lugli (2018) apresenta uma Tecnologia Assistiva de alta tecnologia ou alto custo, um protótipo de software baseado na Inteligência Artificial que traduz

sinais em Braille, técnica de leitura escrita para cegos, ou Braille para LIBRAS. A TA desenvolvida apresenta soluções para o ensino de matemática para crianças de 3 a 5 anos e condições para “interações comunicativas entre as crianças”. O autor evidencia a importância de viabilizar a comunicação das crianças surdas, que em sua pesquisa são abordadas como deficientes auditivos; e cegas, mencionadas como deficientes visuais, com a ênfase de que essa comunicação deve ser estimulada e ocorrer desde a Educação Infantil. Pois, é nessa etapa que a forma de se comunicar e as interações são essenciais para o desenvolvimento integral.

230

Moreira (2018) aponta recursos visuais utilizados na Educação Infantil bilíngue para surdos que favoreceram a compreensão das crianças sobre o tema trabalhado pela professora e também permitiram a comunicação daquelas com a educadora. E Rabelo (2018) não apresenta relatos práticos envolvendo as TA, no entanto, defende o fomento a essas tecnologias para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Sua pesquisa denuncia muitos problemas na comunicação das crianças surdas em escolas regulares e ditas bilíngues, por falta de profissionais com qualificação adequada, bem como de materiais bilíngues.

Perez (2018) apresenta relatos da educação de uma criança surda numa escola regular, que pouco interagia com os colegas, contudo, melhorou sua comunicação e interação com a intervenção de uma professora do Atendimento Educacional Especializado, as TA foram apenas mencionadas no estudo citando uma nota técnica.

Ferreira e Santos (2019) trazem o SignWriting como um sistema de escrita de sinais que pode alfabetizar a criança surda por completo, além de ser capaz de possibilitar o aprendizado de uma língua estrangeira, e ainda, segundo os autores, ajuda a melhorar a comunicação. E Paiva (2019) faz menção aos aplicativos de tradução da/para LIBRAS como facilitadores do acesso do estudante surdo ao conhecimento, além de “promover as relações interpessoais”.

Em Souza (2020) encontra-se a elaboração de um sinalário ilustrativo interativo como proposta de objeto virtual de aprendizagem que melhorou a comunicação social dos estudantes surdos bem como contribuiu para o processo de alfabetização.

Ferreira (2021) fala da Tecnologia Assistiva como “metodologias e recursos adaptados” para se trabalhar com surdos e ouvintes, que devem ser capazes de transformar o ensino tradicional, de maneira que esses recursos “facilitem a aprendizagem e a comunicação”, a pesquisa aponta o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a exploração imagética como metodologias facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem e da compreensão da criança surda “em seu contexto cultural”. E Cigognini (2021) cita a importância das Tecnologias Assistivas, mas em seu estudo de caso mostra a inexistência dessas TA na educação de uma criança surda, evidenciando a falta de comunicação e interação desta com as demais crianças e adultos. Por fim, afirma que “a educação bilíngue pressupõe uma profunda mudança de concepções, diretrizes, metodologias e posturas educacionais”.

Em Buenaga e Ferreira (2022) há um estudo que propõe estratégias para o ensino de Educação Física de crianças surdas na Educação Infantil utilizando material bilíngue produzido pelos professores. Os autores produziram vídeos, fotografias e uma cartilha virtual com a descrição do desenvolvimento de cada proposta. Os objetivos de cada produção visavam ao desenvolvimento da criança e também “romper barreiras comunicativas”.

Diante do exposto, a leitura dos artigos selecionados evidencia a necessidade da viabilização da proposta bilíngue, bem como das Tecnologias Assistivas nos processos educativos, é possível inferir das informações apresentadas que o cenário apresentado poderia ser diferente se houvesse um ensino que utilizasse mais tecnologias de apoio na educação da criança surda, no ensino da LIBRAS e da Língua Portuguesa, para facilitar a comunicação entre crianças e professores.

Algumas das TA abordadas apresentam boa condição de interação entre as crianças, o que oportuniza a participação e a comunicação, mesmo que na faixa etária relativa à pré-escola as crianças não dominem a LIBRAS ou a Língua Portuguesa na modalidade escrita, pois podem compartilhar as experiências e aprendizagens ao se apropriarem de um jogo em dupla, ao observarem um vídeo de contação de histórias em Libras ou a reconhecerem os nomes e sinais de lugares variados.

Nesse sentido, a pesquisa encontrou afirmações sobre a importância de se elaborar propostas curriculares diversificadas e abertas ao uso de Tecnologias Assistivas. Ressaltou ainda que implementar e aperfeiçoar as TA é uma forma de reduzir barreiras impostas por alguma restrição física, aqui destacada a surdez, viabilizando o acesso aos recursos de acessibilidade, promovendo a autonomia e interação do indivíduo, e, consequentemente favorecendo a aprendizagem.

Em relação aos entraves para que a Educação Bilíngue para Surdos aconteça efetivamente, em especial na Educação Infantil, e faça uso das TA como facilitadoras do acesso e participação das crianças surdas, destacam-se alguns: a ausência de profissionais capacitados para atuar nessa modalidade educacional, a falta de fluência em LIBRAS, escassez de políticas públicas aplicáveis aos contextos sociais e escolares, ausência de uma rede de apoio especializada em LIBRAS e a necessidade de propostas pedagógicas adequadas às especificidades da criança surda, que compreendam como ela aprende e quais os meios para se alcançar essa aprendizagem efetiva. Também a ausência de ofertas de Tecnologias Assistivas de alta tecnologia que auxiliem no desenvolvimento e aprendizagem, já que as crianças hoje vivem imersas numa vida digital e precisam acompanhar o desenvolvimento tecnológico. E, por fim, o apoio e aceitação das famílias.

Resta ainda destacar que a falta de interação das crianças surdas na Educação Infantil, nas escolas comuns, ocorre por não compreenderem a Língua Portuguesa e a LIBRAS, ou por saber somente a Língua de Sinais, mas não dispor de pares para nela se comunicar. Por esse motivo, defende-se uma educação bilíngue desde a pré-escola que promova maior interação e melhore a comunicação. Desta forma, haverá ganhos nas relações dessas crianças e ainda se evita que a interação delas esteja restrita apenas ao intérprete de LIBRAS ou aos professores da turma.

Pensar em um ambiente de inclusão para o aluno surdo seria pensar em um ambiente onde o mesmo fosse capaz de interagir com todos, nos momentos que achasse oportuno para favorecer seu desenvolvimento; um ambiente onde as metodologias fossem pensadas para o aluno com surdez levando em consideração seu modo de percepção do mundo através de sua língua e também um ambiente onde ele não sofresse o preconceito de ser deixado à margem dos demais, por não falar a mesma língua da maioria. (CANANÉA, 2019, p. 27).

Nessa linha de pensamento, entende-se que nas escolas bilíngues a interação acontece quase que naturalmente e o meio facilita a socialização entre as crianças, até aquelas que ainda não aprenderam a LIBRAS, porque de certo modo elas possuem uma maneira semelhante de ver o mundo, experimentá-lo e compreendê-lo.

As escolas com classes inclusivas podem igualmente favorecer a interação das crianças surdas e promover a construção de um ambiente rico linguística e culturalmente através da ““imersão” na Libras e na cultura surda por meio de interações com outros bebês surdos, crianças surdas e profissionais surdos e ouvintes proficientes...” (STUMPF et al (2021).

Assim, pode-se extrair das leituras o quanto é necessário um ambiente acessível por meio de uma língua em comum para todos. Aliado a isso é possível potencializar esse ambiente de aprendizagem com o uso das TA. Onde a comunicação e o desenvolvimento integral são beneficiados e as relações humanas ganham mais formas de interação.

## Considerações Finais

A educação para Surdos precisa ser vista e compreendida como uma educação que abrange uma comunidade linguística e culturalmente diferente da comunidade dominante, a ouvinte.

Quadros (1997) ressalta a importância, principalmente, do professor ter ciência do que é ser Surdo e o que isso implica na sociedade. Pois, desta compreensão resulta a interação entre educador e estudante. Portanto, promover “situações e projetos de convivência com outras crianças e adultos sinalizantes” Stumpf et al (2021) fará toda a diferença no desenvolvimento das crianças surdas. Aliado a esse ponto, dispor de professores surdos na Educação Infantil Bilíngue pressupõe um apoio pedagógico efetivo e mais coerente com a realidade dos surdos.

De fato, pensar o outro com suas especificidades e necessidades é o cerne da educação, a mediação do professor está em possibilitar o desenvolvimento do educando e potencializar suas habilidades.

Sendo assim, constatou-se que poucas tecnologias são desenvolvidas pensando nas crianças surdas, na fase da pré-escola. Alguns canais como a TV e site do Instituto INES<sup>3</sup> produzem e disponibilizam materiais direcionados ao público infantil, como histórias contadas em LIBRAS e material didático direcionado a elas.

Na internet é possível encontrar jogos que ensinam LIBRAS para crianças sempre mostrando a forma escrita da palavra. Alguns exemplos são encontrados em plataformas online de vídeo como Youtube, entre outros que tratam da aquisição da LIBRAS por crianças pequenas.

A questão de acesso por meio das TA torna-se viável, uma vez que se apresenta à criança surda experiências que ela sozinha teria dificuldades para vivenciar, encontraria barreiras. Consequentemente, entende-se que as Tecnologias Assistivas possibilitam a construção e ampliação de conhecimentos, um exemplo disso é a socialização por meio de um jogo em LIBRAS, onde uma criança surda em processo de aquisição da língua de sinais pode se conectar a outra por meio da tecnologia e concretizar a comunicação.

O acesso à cultura, às brincadeiras e a uma forma mais ampla de comunicação pode ser promovido por meio das Tecnologias Assistivas. Isso fica evidente a partir dos exemplos de TA desenvolvidas com a intencionalidade de identificação e orientação dos espaços como sinalários e também de tradução e interpretação de histórias infantis da Língua Portuguesa para a LIBRAS. Estes exemplos sugerem contribuições para as crianças surdas em suas interações, pois além do acesso e compreensão da dinâmica das propostas facilitadas pelas TA, essas crianças podem trocar com seus pares suas vivências e compartilhar o conhecimento construído em diferentes ambientes.

Portanto, vale reforçar que o uso das TA disponíveis deve vir acompanhado de um ambiente favorecedor e enriquecedor da cultura e identidade surdas.

Resta pontuar que mais políticas afirmativas devem ser discutidas e implementadas, novos estudos sobre o tema da Educação Bilíngue para Surdos que abranjam novas Tecnologias Assistivas e passagens para outro patamar

<sup>3</sup> INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. Disponível em: <https://www.gov.br/ines/pt-br> Acesso em 03 de set. 2022.

educacional precisam ser estimulados, e é de suma importância que ocorra desde a Educação Infantil, etapa fundamental para o desenvolvimento global da criança.

## Referências

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva.** 2017. Porto Alegre. Disponível em:  
[https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em 26 jun. 2022.

235

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em:  
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil> . Acesso em 26 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Portal da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.626%2C%20DE%2022%20D,E%20DEZEMBRO%20DE,n%C2%BA%2010.098%2C%20de%2019%20de%20dezembro%20de%202000>. Acesso em 24 jun. 2022.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos - Ideologias e práticas pedagógicas.** São Paulo. Grupo Autêntica, 2007. 9788582179314. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179314/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BRASIL, **Lei 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**).

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em 24 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 14.191**, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.191-de-3-de-agosto-de-2021-336083749>. Acesso em 15 mai. 2022.

236

BRASIL. Ministério da Educação, (2001). **Resolução CNE / CEB nº2 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes, Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em:  
<https://www.sieeesp.org.br/uploads/sieeesp/arquivos/resolucao/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CNE%20N%C2%BA%2002-01%20-%20Institui%20Diretrizes%20Nacionais%20para%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A3sica.pdf>  
Acesso em 25 jun. 2022.

Brasil. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva. – Brasília: CORDE, 2009. 138 p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6047617-Comite-de-ajudas-tecnicas.html> Acesso em 15 mai. 2022.

BUENAGA. V. A. et al. Educação Física Escolar: estratégias bilíngues para o ensino de crianças surdas da Educação Infantil. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, 2022. Disponível em  
C:\Users\Dell\Downloads\29818-Article-341215-1-10-20220519 (2).pdf.  
Acesso em 24 jun. 2022.

CANANÉA, Leandro Batista. **O uso da LIBRAS na Educação Infantil: uma experiência inclusiva no Projeto Aponte**. 2019. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PA. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16313/1/LBCo4102019.pdf>  
Acesso em 27 jun. 2022.

CIGOGNINI, Fabiane Lima. **A interação da criança surda no contexto da educação infantil : um estudo de caso na perspectiva da educação**

**inclusiva.** 2021. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2021.

CORRÊA, Ygor; GOMES, Peduzzi; RIBEIRO, Vinicius Gadis. **Aplicativos de Tradução Português-Libras na Educação Bilíngue de Surdos: tradução por meio de sinais ou datilologia?** Renote, v. 16, nº 1, dezembro, 2018. Disponível em:  
<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/86038/49400>. Acesso em 26 jun. 2022.

237

FERREIRA, Leidiane da Costa. **A importância da Libras na educação infantil para crianças surdas e ouvintes: o que os estudos nos dizem.** João Pessoa. 2021. 41 f. Monografia (Graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – UFPB/CE.

FERREIRA, M. S.; SANTOS, M. L. **O signwriting como instrumento alfabetizador para alunos surdos da educação infantil.** Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61660>>. Acesso em: 15 jun. 2023

GALVÃO FILHO, T.A, **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas.** Tese (Doutorado em Educação)– Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador – Bahia, 2009.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, 2017.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização - ensino fundamental 1º ciclo.** São Paulo, Cortez, 2015. 9788524924057. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524924057/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

LIMA, Carlos Roberto De Oliveira. **Influências de d. pedro ii sobre a educação de surdos no brasil: uma visão foucaultiana..** E-book IV

CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 834-853. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73812>  
Acesso em: 10 jul. 2023.

LOPES, Maura C. Surdez & Educação. Belo Horizonte. Grupo Autêntica, 2007. E-book. 9788582179932. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179932/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LUGLI, Luciano Cássio. **Prototipagem de soluções tecnológicas, alfabetização matemática na educação infantil e deficiência sensorial: parametrização de características assistivas** / Luciano Cássio Lugli. -- São José do Rio Preto, 2018 13of. : il.

MOREIRA, Tarsila Nunes de Andrade. **Linguagem, interação e cultura: um olhar com foco na Educação Infantil bilíngue para surdos**. Guarulhos, 2018. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018. Orientador: Érica Ap. Garrutti de Lourenço.

NUNES, Larissa Christine Pinheiro. **Mapeamento e análise de Tecnologias Assistivas Digitais para auxiliar a aprendizagem de alunos surdos**. São Luís. Monografia (Graduação) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019. Orientadora: Profa. Dra. Sannya Fernanda Nunes Rodrigues. 70f.

PAIVA, Valeska Rosa de. **Escola bilíngue como principal política pública municipal na educação fundamental de surdos no Município de Anápolis**. Anápolis: Universidade de Brasília, Orientador: Prof. Roque Magno de Oliveira, 2019. 55 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Anápolis-GO, Universidade de Brasília, 2019.

PEREZ, Beatriz Brunaldi. **Educação Infantil inclusiva: a corporeidade e o brincar na diferença**. Orientação Mônica Caldas Ehrenberg. São Paulo, s.n., 2018. 152 p. ils. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em

Educação. Área de Concentração: Cultura, Organização e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

**QUADROS, Ronice Müller D. Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre. Artmed, 1997.

**RABELO, Dayane Bollis. A Educação Infantil para crianças surdas em municípios da região metropolitana de Vitória.** Tese Doutorado em Educação – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação. 2018. 227 f.: il.

239

**ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C. Reflexões sobre recursos. Rev. Ter. Ocup.** Univ. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 97-104, set./dez., 2005. 99

**SOUZA, Tania Maria Garrido de. Ensino de libras para crianças surdas e ouvintes: planejamento e desenvolvimento de um Sinalário Ilustrado Interativo.** Bauru, 2020. 98 p. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Bauru. Orientadora: Eliana Marques Zanata.

STUMPF, Marianne Rossi; LINHARES, Ramon Santos de Almeida (org.). **Referenciais para o ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para surdos na Educação Bilíngue de Surdos: da Educação Infantil ao Ensino Superior.** Vol. 1 [livro eletrônico] / texto final coletivo: vários autores et. al.]. 1<sup>a</sup> edição. Petrópolis, RJ : Editora Arara Azul, 2021.